

Sergio André Rocha  
Planejamento  
Tributário na  
Obra de **Marco**  
**Aurélio Greco**  
**2ª Edição**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2022

Copyright ● 2022 by Sergio André Rocha

Categoria: Direito Financeiro e Tributário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1262910

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R672p

Rocha, Sergio André  
Planejamento tributário na obra de Marco Aurélio Greco / Sergio  
André Rocha. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.  
288 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2259-0

1. Direito tributário. 2. Direito financeiro. 3. Planejamento tribu-  
tário - Brasil. 4. Princípio da legalidade tributária. 5. Abuso de direito.  
I. Greco, Marco Aurélio, 1947-. II. Título.

CDD 343

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

<b>1. Introdução .....</b>	<b>1</b>
<b>2. Ideologia, Tributação e Planejamento Tributário.....</b>	<b>7</b>
<b>3. A Relação Contribuinte-Estado .....</b>	<b>19</b>
3.1. A Opção Ideológica de Marco Aurélio Greco .....	19
3.2. Comentários .....	24
<b>4. Interpretação do Texto Normativo Tributário e Planejamento Fiscal.....</b>	<b>33</b>
4.1. Comentários.....	39
<b>5. Fases do Debate sobre o Planejamento Tributário .....</b>	<b>49</b>
5.1. Liberdade, Salvo Simulação .....	50
5.1.1. Críticas de Marco Aurélio Greco às Posições da Primeira Fase ....	62
5.1.1.1. Comentários .....	74
5.2. Liberdade, Salvo Patologias.....	81
5.2.1. Abuso de Direito.....	83
5.2.1.1. Comentários.....	89
5.2.2. Fraude à Lei.....	93
5.2.2.1. Comentários.....	96
5.2.3. Conceito de Simulação .....	101
5.2.3.1. Comentários.....	102

5.2.4. Abuso de Formas .....	107
5.2.4.1. Comentários.....	107
5.2.5. Negócio Jurídico Indireto.....	109
5.2.6. Análise Crítica da Segunda Fase: Malditos Rótulos! .....	111
5.3. Liberdade com Capacidade Contributiva.....	114
5.3.1. Comentários .....	119
5.3.1.1. A Terceira Fase de Marco Aurélio Greco e o Projeto BEPS da OCDE.....	122
<b>6. Critérios Aplicativos.....</b>	<b>127</b>
6.1. Necessidade de “Batismo” da Patologia .....	132
6.2. Comentários.....	134
6.2.1. Da Lei à Decisão.....	134
6.2.2. Necessidade de “Batismo” da Patologia .....	136
<b>7. O Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN .....</b>	<b>139</b>
7.1. Para que Serve o Parágrafo Único do Artigo 116 na Doutrina de Marco Aurélio Greco? .....	141
7.2. Eficácia Limitada do Parágrafo Único do Artigo 116 do CTN....	145
7.3. Quem pode Editar o Ato de Desconsideração?.....	147
7.4. Comentários.....	149
7.5 A Decisão do STF na ADI 2.446 e a Teoria de Marco Aurélio Greco .....	156
7.5.1. O Julgamento da ADC 66 .....	157

7.5.1.1. O Voto da Ministra Cármen Lúcia.....	158
7.5.1.2. Os Votos dos Ministros Marco Aurélio e Rosa Weber..	160
7.5.1.3. Conclusão deste Tópico .....	162
7.5.2. O Julgamento da ADI 2.446.....	162
7.5.2.1. O Voto da Ministra Cármen Lúcia .....	163
7.5.2.1.1. O Direito à Economia de Tributos.....	163
7.5.2.1.2. A Exigência de Ilicitude.....	164
7.5.2.1.3. Não há Violação do Princípio da Legalidade nem da Separação dos Poderes.....	165
7.5.2.1.4. Como Interpretar o Voto da Ministra Cármen Lúcia? .....	166
7.5.2.2. O Voto do Ministro Ricardo Lewandowski .....	167
7.5.2.3. O Voto do Ministro Dias Toffoli.....	170
7.5.3. A ADI 2.446 e a Teoria de Marco Aurélio Greco.....	172
<b>8. A Questão das Penalidades na Doutrina de Marco Aurélio Greco.....</b>	<b>179</b>
8.1. Comentários.....	183
<b>9. Mitos e Imprecisões sobre a Teoria de Marco Aurélio Greco.....</b>	<b>185</b>
9.1. A Teoria de Marco Aurélio Greco parte de uma Interpretação “Ideológica” da Constituição Federal.....	185
9.2. A Ideologia de Marco Aurélio Greco Revelaria uma Prevalência do Princípio da Capacidade Contributiva sobre o Princípio da Segurança Jurídica.....	186

9.3. A Teoria de Marco Aurélio Greco Leva à Cobrança de Tributo sem Previsão Legal .....	187
9.4. O Controle do Planejamento Tributário Decorre da Atribuição de Efeitos Positivos ao Princípio da Capacidade Contributiva....	188
9.5. O “Batismo” da Patologia é Essencial para o Debate sobre Planejamento Tributário.....	189
9.6. A Teoria de Marco Aurélio Greco Leva a um Controle dos Motivos Subjetivos da Prática do Ato ou Negócio Jurídico .....	189
9.7. Marco Aurélio Greco é um Autor Pró-Fisco.....	190
<b>Conversas com Marco Aurélio Greco .....</b>	<b>193</b>
<b>PARTE 1 .....</b>	<b>195</b>
<b>PARTE 2 .....</b>	<b>211</b>
<b>PARTE 3 .....</b>	<b>225</b>
<b>PARTE 4 .....</b>	<b>233</b>
<b>A Parábola da Luz .....</b>	<b>239</b>
<b>Posfácio à Primeira Edição.....</b>	<b>243</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>245</b>